

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.620.357 - SP  
(2019/0341072-7)**

**RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**EMBARGANTE : FABIANA BERTI PEREIRA**  
**ADVOGADO : GUSTAVO MURAD MENDES PRADO - SP264353**  
**EMBARGADO : ROSANA RODRIGUES MARTINI**  
**ADVOGADO : TUPÃ MONTEMOR PEREIRA - SP264643**

### **DECISÃO**

Trata-se de embargos de declaração opostos por FABIANA BERTI PEREIRA em face da decisão que não conheceu do agravo em recurso especial em razão da ausência de impugnação dos fundamentos da decisão que inadmitiu o recurso especial, nos termos do art. 21-E, inciso V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça.

Em suas razões, sustenta a embargante que a decisão embargada foi omissa em relação ao pedido efetuado em contrarrazões ao agravo em recurso especial referente à condenação da agravante ao pagamento de multa por litigância de má-fé (fls. 472/473).

Requer, assim, o conhecimento e acolhimento dos embargos declaratórios para que seja sanado o vício apontado.

A parte embargada foi devidamente intimada para contrarrazoar estes aclaratórios.

É o relatório. Decido.

Os embargos comportam acolhimento, haja vista a omissão na análise do pedido realizado na contraminuta apresentada ao agravo em recurso especial para a aplicação da pena por litigância de má-fé.

Contudo, até o presente momento, "não há que falar em litigância de má-fé no presente caso, pois a parte ora embargada interpôs recursos legalmente previstos no ordenamento jurídico, e sem abusar do direito de recorrer; pelo que não se verifica afronta ou descaso com o Poder Judiciário" (EDcl no AgRg no AREsp n. 303.406/SP, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 1º/8/2016).

Ante o exposto, **acolho os embargos de declaração**, tão somente para sanar omissão, sem efeitos infringentes.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 1º de abril de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA  
Presidente